



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



ESPAÇO UNIVERSITÁRIO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS-UNEAL

Maria José de Brito Araujo (Uneal)[1]

Alice Virgínia Brito Oliveira (Uneal)[2]

Maria Luiza Braz (Uneal)[3]

RESUMO

O Ensino Superior se fortalece na produção do conhecimento, primando pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Ressalta-se que essa é uma pesquisa cadastrada no grupo do CNPq e também na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas- Fapeal, apresentando alguns resultados de forma parcial. Este artigo objetiva refletir sobre o espaço universitário, traduzindo as condições de trabalho dos docentes da Universidade Estadual de Alagoas- Uneal, considerando os locais de formação. Outrossim, as questões estruturais que permitem o desenvolvimento das práticas pedagógicas também foram analisadas. A metodologia aplicada centra-se em uma pesquisa quanti-qualitativa. Os resultados mostram a vacância nos espaços de formação do professor, bem como, o orçamento dos campi tornou-se o ponto influenciador das políticas administrativo- pedagógicas.

Palavras-chave: Condição de trabalho. Ensino superior. Formação docente.

ABSTRACT

The Higher Education is strengthened in the production of knowledge, far outweighing by tripe ensino, research and extension. It is emphasized that this is a research group registered in the CNPq and also in the Research Support Foundation of the State of Alagoas- Fapeal During, presenting some results of partial way. This Article aims to reflect on the university space, translating the working conditions of teachers of the Universidade Estadual de Alagoas- Uneal, whereas the loci of training. Likewise, the structural issues that allow for the development of pedagogical practices were also analyzed. The applied methodology focuses on a quanti-qualitative researches. The results show the vacancy in the spaces of teacher training, as well as the budget of campuses became the point influencer of administrative policies- pedagogy.

Keywords: work Condition. Higher Education. Teacher Training.

INTRODUÇÃO

O espaço docente universitário se constitui em um recorte de uma pesquisa em andamento, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas-Fapeal, trazendo como título genérico: Implantação de um Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão para a Formação Continuada de Professores da Universidade Estadual de Alagoas- Uneal. Ressaltamos que essa pesquisa foi cadastrada na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-Propep/Uneal, ora vinculada ao grupo do CNPq, denominado de: Formação Continuada de Professores e Intervenção na Prática Docente: limites e possibilidades.

Enfatizamos também que alguns resultados parciais já foram apresentados sob a forma de relatório ao órgão de fomento e a IES. Há necessidade de se contextualizar esse tema sobre a questão dos espaços porque quando se trata de formação continuada, essa, deve ser refletida a partir dos espaços de formação, da estrutura disponível, do acervo bibliográfico e das produções apresentadas e difundidas nesses espaços. É uma espécie de sustentação para as ações a serem desenvolvidas.

Considerando, sobretudo que a formação de professores, seja ela inicial ou continuada, precisa estabelecer relações teóricas e práticas (LIBNEO, 2012). Esse é o momento de inter-relação entre os sujeitos ensinantes e aprendentes. Assim sendo, essa pesquisa traz de forma sucinta, algumas reflexões sobre os campi da Uneal, destacando a estrutura organizacional das unidades de ensino mantidas por essa IES, situação atual de funcionamento, dificuldades enfrentadas, dilemas, desafios e possibilidades de avançar, crescer, não somente no que se refere aos espaços físicos, mas, especialmente diante das produções realizadas ou propensas a serem executadas.

O ensino superior no agreste, sertão, zona da mata e litoral de Alagoas está consolidado através da Uneal, pioneira na formação docente no interior de Alagoas, expandindo-se através dos cursos de graduação, dos programas, que ora atinge um grande contingente da população, por isso a preocupação de resgatar sua estrutura e o funcionamento nos campi. Nosso objetivo é mostrar que a instituição se caracteriza como um local de discussão, democrático, agregando estudantes de várias localidades do Estado de Alagoas. Seus espaços, apesar da precariedade, contribuem para a formação de cidadãos cômnia de seu papel na sociedade.

Finalidade do Ensino Superior e a Uneal neste contexto

A história da Educação Superior no Brasil é bem recente e como todo início de processo educacional com sua história, sua política e cultura dualista, elitista e classificatória. Independentemente das características que assumiu tem em sua história a missão de trazer a tona os conhecimentos construídos pela humanidade e no presente construir conhecimentos que responda as necessidades humanas da sociedade contemporânea.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9394/96 que se afirma uma expansão quantitativa de instituições, cursos e matrículas de Educação Superior, em especial no setor privado de ensino. A política educacional na época ofereceu as condições legais, políticas e ideológicas para que essa realidade fosse se consolidando assim como uma tipologia de instituições de ensino superior. Já a questão da qualidade destas instituições vem até os dias atuais se discutindo e vários processos avaliativos foram pensados e implementados na tentativa de acompanhar a qualidade das mesmas o que tem gerado muitas controvérsias. A partir das ideias de Fonseca, (2010, p.660), percebe-se que "a dificuldade de se construir um conceito amplo de qualidade pode, ainda, ser atribuída à existência, no Brasil de um sistema de ensino superior bastante diversificado em razão dos diferentes formatos acadêmicos e das condições de oferta desse nível de ensino por esfera administrativa".

Com estas medidas legais e regulamentadoras do sistema nacional o mesmo não possibilitou uma reforma do ensino superior. Assim, neste texto questões sobre modernização, qualidade, autonomia, financiamento, inclusão social, avaliação, dentre outras essenciais a referida reforma não serão aprofundadas por entendermos ser necessário um estudo específico para tal discussão.

Mas, não se pode deixar de mencionar a função social da Universidade que é a indissociabilidade do

ensino, da pesquisa, da extensão que perpassa pelo debate de sua qualidade. Como afirma Demo (2004, p.48), “a sociedade, inclusive o mercado, espera da universidade que garanta acesso ao melhor conhecimento possível e disponível, em particular a formação de gente capaz de construir e reconstruir conhecimento”. Conhecimento é a palavra de ordem da universidade, a produção a serviço da transformação da sociedade, principalmente atendendo aos princípios que regem a cidadania.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (FORGRAD) evidencia que:

[...] A contradição de seus múltiplos papéis está posta e é de certo modo crítico e dialético que a universidade precisa situar-se na sociedade. De um lado, ela contribui para o desenvolvimento tecnológico contemporâneo, formando quadros e gerando conhecimento para esta sociedade concreta. De outro, a universidade está a serviço de uma concepção radical e universal de cidadania. Enquanto participante do desenvolvimento tecnológico, ela será, ao mesmo tempo, crítica do modelo econômico globalizado e parceria do setor produtivo. Enquanto promotora da cidadania universal, orientará parte significativa de sua produção de saber pelos interesses sociais mais amplos da sociedade (FORGRAD, 1998, p.5).

Nesse sentido, ela tanto produz a partir das demandas sociais como deve possibilitar aos sujeitos serem partícipes dos bens gerados pelo conhecimento bem como é solicitada por esta sociedade a prestar serviços de qualidade, portanto, deve representar espaços democráticos, legítimos os quais viabilizem a construção da cidadania.

Pimenta e Anastasiou (2002) afirmam ser a universidade um local que se estabelece na busca, na construção e da crítica ao conhecimento científico com o objetivo de colaborar na edificação da sociedade. Desta forma, com o papel de orientar o discente em sua gradativa autonomia frente ao conhecimento; ter como fundamento a investigação científica em todas as ações do ensino, da pesquisa e da extensão; possibilitar a capacidade de reflexão nos processos ensino-aprendizagem; “conhecer o universo cultural e de conhecimentos dos alunos e desenvolver, com base nele, processos de ensino e aprendizagem interativos e participativos” (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002, p.165).

A Uneal neste contexto vem ao longo dos anos prestando serviços educacionais a comunidade Arapiraquense. A sociedade alagoana carente de instituições desta natureza acompanha e luta articuladamente desde a década de 70 do século passado por sua consolidação. Do ano de 2006 quando de sua institucionalização como Universidade até os dias atuais, continua na sistematização de sua organização institucional com a finalidade de conquistar sua autonomia frente o fortalecimento das práticas colegiadas assim como na luta diária com o Governo do Estado por orçamento próprio e autonomia em todas as instâncias relativas ao poder institucional.

Que segundo Masedo et all (2005, p.136), a autonomia universitária é de fundamental importância partindo do pressuposto de suas responsabilidades. Suprir a universidade pública de autonomia diz respeito a conferir-lhe a responsabilidade pelo seu caminhar. Estabelecer meios e normas legais que efetivem o exercício pleno e uniforme da autonomia em Universidades públicas e privadas significa conferir-lhes a responsabilidade de realizar suas funções em consonância com a autonomia que lhes foi concedida e estabelecer mecanismos de controle e avaliação adequados.

A Uneal vem com muita dificuldade lutando por esta autonomia, com a finalidade de ter condições de exercitar plenamente suas decisões, ações e de certa forma poder investir mais nos itens que ainda encontram-se deficientes perante a avaliação nacional. Um deles é melhorar a qualificação do corpo docente, um dos critérios para mantermos o status de Universidade.

No Estado de Alagoas infelizmente o Governo Estadual não investe na formação docente e ainda vivencia-se a “política do investimento pessoal e individual, quem puder”. “Nas Instituições de ensino

superior, podemos verificar crescente divórcio entre as finalidades da universidade enquanto instituição social e as esperadas pelo Estado nacional de caráter neoliberal”. (PIMENTA E ANASTASIOU, 2002, p.167). As autoras reiteram esta questão, dizendo sobre a perda neste contexto atual de suas características secular de instituição social e cada vez mais assumido uma perspectiva administrativa a qual é fiel cumpridora de normas e regras estabelecidas pelos órgãos reguladores. “Transmudou-se numa entidade isolada, cujo sucesso e eficácia são medidos em referência à gestão de recursos e estratégias de desempenho, relacionando-se com os demais por meio da competição”. (Ibidem, 2002, p.168).

É preciso considerar, no caso da Ueneal, sobretudo, a questão do financiamento, pois como instituição estatal depende do orçamento estabelecido pelo Estado, o que sempre não condiz com as necessidades. Acredita-se que seja de suma importância para definir e implantar políticas educacionais públicas orçamento definido e coerente as reais necessidades da instituição e a qualidade dos serviços que oferece a comunidade.

Situando Histórico e Geograficamente a Ueneal ao Longo dos Quarenta e Dois Anos no Interior de Alagoas: Breves Enfoques

A Universidade Estadual de Alagoas- Ueneal iniciou sua história na década de 70, no agreste alagoano, com a denominação de Fundação Educacional do Agreste -Funec, sede em Arapiraca. Em seu interior é criada a Faculdade de Formação de Professores- FFPA, naquela época uma instituição privada.

A Funec foi criada pela Lei Municipal 719/1970, seu funcionamento deu-se através da FFPA em 1971, iniciando com os cursos de Letras, Estudos Sociais e Ciências, com habilitação em Biologia, Química e Matemática, esses cursos eram de curta duração (Licenciatura Curta), passando a Licenciatura Plena em 1985, pela Portaria Ministerial nº145/85.

A Lei Estadual nº 119/1990 estadualizou a Funec, oferecendo assim um ensino gratuito permitindo melhores condições de trabalho e meios para se expandir, proporcionando a população alagoana, e em especial interiorana, mais oportunidade de crescimento intelectual e social. Em 1992 é criada a Escola Superior de Administração de Negócios do Agreste (ESAG), com o curso de Administração de Negócios.

A sua expansão acelerada deu-se na década de 1990, com a criação de novos “campi”, junto a criação de novos cursos e a multiplicação de vagas de graduação, especialmente na área de pedagogia, com o Programa Especial de Graduação de Professores (PGP) em alguns municípios-pólo do Estado de Alagoas. (KULLOK, ARAGÃO, BRAZ, 2012,p.213)

Galgando a passos largos o seu desenvolvimento em prol da melhoria do agreste alagoano, prossegue desta feita extinguindo por meio da resolução 003/93 o curso de Ciências Sociais, nascendo em seu lugar os cursos de Licenciaturas Plenas de História e Geografia. Avante com sua missão de educar e formar cidadãos cria em Palmeira dos Índios em 1994 a Escola Superior de Ciências Humanas e Econômicas (ESPI), através da Lei Nº 5.606 de 26 de Janeiro de 1994 com os cursos de Letras, Ciências Sociais com habilitação em História e Geografia e Ciências com habilitação em Biologia, Química e Matemática.

Pioneira em Educação Superior no interior busca beneficiar o tão sofrido sertãoalagoano, agraciando Santana do Ipanema com a Escola Superior de Ciências Humanas Físicas e Biológicas do Sertão (ESSER) também em 1994, através da Lei Estadual nº 5.600 de 10 de janeiro do corrente ano, com os cursos de Pedagogia e Zootecnia.

Destarte, o curso de Pedagogia da Funec tem seu nascedouro na ESSER em Santana do Ipanema, sendo liberado para FFPA em Arapiraca em 1995, logo após ser autorizado pelo parecer Nº 109/94 do Conselho Estadual de Educação de Alagoas. Também em 1995, a Lei Estadual Nº 5.762/95 altera o nome da Funec, esta passa a chamar-se Fundação Universidade Estadual de Alagoas (Funesa).

Novos horizontes se abriam para que a Funesa irradiasse seu brilho em prol de uma Educação Superior

rumo a um futuro promissor aos alagoanos, em especial a população interiorana, no entanto uma crise que já afetava o Estado de Alagoas agravou-se, recaindo também sobre a Funesa. Os poucos professores a ela vinculados ficaram sem receber seus honorários e a instituição sem recursos para o seu desenvolvimento.

Paralelo a isso, um grupo de professores lutavam para ingressar no quadro de professores da instituição, pois, haviam sido aprovados em concurso público em 1994 e ainda não havia sido nomeado, o que só veio acontecer no final de 1997, melhorando assim o quadro de professores, possibilitando a retomada de seu crescimento, enquanto isso:

A ESAG, na busca de seu crescimento, obtém autorização para funcionamento do curso de Ciências Contábeis, por meio da Portaria Ministerial, publicada no D.O.U. de 27 de abril de 1995 e, procurando maior adequação de sua denominação às atividades de ensino em expansão por conta dos cursos em funcionamento e a funcionar, a partir de 18 de dezembro de 1998 passará a denominar-se FAJEAL – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Jurídicas e Sociais do Estado de Alagoas, através da Lei Estadual nº 6.086/98. (PDI-UNEAL, 2007-2010)

Também em 1998 o Conselho Estadual de Educação concedeu autorização para que funcionasse em União dos Palmares uma extensão da FFPA, ofertando o curso de Licenciatura em Letras, através de um convênio com a Prefeitura. Dentro das mesmas condições, o Município de São Miguel dos Campos é agraciado com o mesmo curso outrora implantado no município acima referenciado.

As ampliações não foram apenas geográficas, o sentido maior visava o desenvolvimento social, cultural e intelectual da população menos abastada que se viram beneficiada com um ensino superior de qualidade minimizando assim, as desigualdades de competição no campo profissional nas áreas alcançadas. Na luta para honrar seus compromissos com as comunidades assistidas, a Funesa conscientiza-se de que precisa de mais mão de obra especializada e busca junto ao Governo do Estado a ampliação do seu quadro de professores partindo para a luta pelo 2º Concurso Público, realizado em 2003.

Após o concurso a instituição ganha alma nova, pois com o ingresso de Mestres e Doutores houve um fortalecimento na busca do status de Universidade, os títulos dos professores indicavam o caminho para a pesquisa, completando assim o *tripé*, ensino, pesquisa e extensão requisitos indispensáveis para a transformação da Funesa em Universidade. Para atingir este estágio foi necessária a transição política das seguintes etapas: Fundação Educacional do Agreste Alagoano – Funec (1970); Fundação Universidade Estadual de Alagoas – Funesa (1995) e em 2006 a Lei Estadual nº6.785 a transforma em Universidade Estadual de Alagoas-Uneal.

Alcançada a vitória a Uneal prepara-se para novos desafios, sendo agora uma instituição multicampi, presta serviços educacionais a vários municípios onde é representada através dos seguintes campi: Campus I – Arapiraca, município sede; Campus II Santana do Ipanema no sertão alagoano; Campus III Palmeira dos Índios na microrregião do agreste; Campus IV São Miguel dos Campos na zona da mata; Campus V União dos Palmares também na zona da mata e Campus VI Maceió no litoral alagoano beneficiando assim, boa parte da população do Estado.

Atualmente a Uneal enquanto Universidade promove o ensino, a pesquisa e extensão nos municípios que sediam seus campi, bem como, nos circunvizinhos através dos cursos ofertados, em especial, os de formação de professores onde ela começou sua caminhada. Neste contexto, Kullokk, Aragão e Braz (2012, p. 224) afirmam que:

A UNEAL de modo geral é uma instituição social que tende a se comprometer com a propagação do conhecimento, socializando os saberes universais, despertando curiosidades frente ao caminho da pesquisa, além de firmar compromissos com programas de extensão.

Destarte, sua missão de levar o ensino superior gratuito à comunidade alagoana em especial à população estudantil oriunda do Ensino Médio, que sonha ingressar na universidade continua firme, através do concurso vestibular que acontece a cada ano em todos os campi.

Institucionalização dos Campi da Uneal: Necessidades e Perspectivas

A Uneal tem sua história demarcada pela formação de professores na região do agreste alagoano. Os Campi foram surgindo a partir de demandas apresentadas pelos gestores municipais e também na perspectiva de atender a população de poder aquisitivo baixo, àqueles que se encontravam à margem do ensino superior. A expansão trouxe novos cursos em nível de bacharelado, a exemplo do curso de Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Zootecnia e Direito. Vale salientar que o curso de Administração Pública é o mais recente preparando o profissional para a gestão pública.

Nessa direção, entendemos ser pertinente as ideias de Marques (2000) quando atribui responsabilidades a universidade em relação à formação dos educadores, os bacharelados e as licenciaturas se exigem reciprocidade e demandam ser reconstruídos na unidade da formação de profissionais habilitados para atuação ético-política e técnico científica nas áreas específicas do saber. Assim sendo, vemos nos campi da UNEAL uma responsabilidade política e social na formação dos indivíduos, daí a credibilidade que lhe é atribuída durante quase quarenta e quatro anos de existência.

Para consolidação desta pesquisa, buscamos aplicar um questionário como instrumento para coleta dos dados com treze questionamentos de caráter objetivo e subjetivo o que nos permitiu situar o papel de cada gestor dentro da IES, além de possibilitar uma viagem em direção à estrutura dos campi, suas necessidades, principais desafios e forma de superação das dificuldades, além das condições de trabalho docente e espaços de formação.

O Gestor: interlocutor no processo de construção dos campi

A questão de partida aponta o lócus profissional do gestor, objetivando situar sua cidade de origem. Nossa reflexão perpassa pela seguinte indagação: será que os gestores dos Campi da UNEAL residem no local do campus, ou se deslocam de uma cidade para outra, o que, talvez o impossibilite de agir e interagirem favor da melhoria estrutural da unidade de ensino superior sob sua responsabilidade.

Em relação à carga horária dos gestores, eleitos para administrar a instituição, todos têm quarenta horas, não havendo nenhum com dedicação exclusiva, apesar de se doarem à instituição de forma integral. Mas, como diz Tardif e Lessard (2007) "a carga de trabalho é complexa porque nos remete a diversos fenômenos-dos quais vários não são quantificáveis".

Gestores e gestão, elos inseparáveis, pois, quando se trata de gestão da educação, essa tende a acontecer em todos os âmbitos das instituições de ensino, consagrado como compromisso político e pedagógico assumido de forma coletiva (FERREIRA e AGUIAR, 2009).

Um fato que merece destaque diz respeito à formação acadêmica dos gestores. Todos os investigados são mestres nas diversas áreas do conhecimento. Em relação à graduação encontramos o seguinte perfil: 01 com formação em pedagogia; 01 com formação em letras; 01 em geografia; 01 em química; 01 engenheiro agrônomo e 01 em administração. Esse cenário, que ora apresentamos em termos de formação tende a agregar esforços no sentido de fortalecer a IES. Cada um na sua área sabe das necessidades e juntos buscam a consolidação de um ensino de qualidade, considerando as questões pedagógicas e estruturais.

Entre outras atividades da gestão que são confiadas a essas pessoas, eleitas por seus pares, com vigência de dois anos e direito a recondução por mais dois, todas estão em sala de aula, exercendo a função docente. Há uma carência de professores por ausência de concurso público na esfera estadual, daí a necessidade de assumirem dupla função: gestor e professor. Nossa reflexão se justifica porque a carga de

trabalho desses profissionais é intensa, agregando-se a responsabilidade das aulas cotidianas somando até três disciplinas por período letivo.

Quanto à categoria profissional há prevalência de duas: cinco professores são adjuntos e um professor é titular. Como podemos constatar o quadro de gestores (diretores de campus), cidadãos e cidadãs são comprometidos com a causa da educação superior no interior de Alagoas. Apesar das dificuldades geradas na gestão, por falta de recursos humanos, materiais e estruturais, ainda encontram garra para enfrentar as salas de aulas e cumprirem seu papel social enquanto docentes.

Estrutura Organizacional dos Campi

Sinalizamos aqui a estrutura dos cinco campi localizados no Estado de Alagoas, mantidos pela Uneal através do poder público estadual. Dessa maneira faremos uma breve exposição, pontuando o que consideramos relevante, bem como, o que foi dito através da investigação realizada como complemento ao projeto de pesquisa sobre a Formação Continuada dos Professores da UNEAL.

Estrutura Física dos Campi: descrição do discurso dos gestores

O Campus I, localizado na cidade de Arapiraca dispõe de uma estrutura física bastante limitada, apesar de ser o pioneiro na formação de professores, e, sobretudo, o que mais se destaca em termos de extensão física, porém, precisa dividir seu espaço com a escola de Educação Básica Costa Rego, o que vem gerando angústia por parte dos gestores. O Plano de Expansão, segundo a Diretora, fica inviabilizado. Não há possibilidade de crescer, porque não há orçamento suficiente.

O prédio aonde funciona o campus I pertence legalmente à outra instituição e os alunos dessa instituição não despertaram para o cuidado com o bem público, restando a Uneal aceitar aquilo que lhe é emprestado, com salas e banheiros precários e espaços restritos para os núcleos de pesquisa. Enfatizamos que o referido prédio passou por uma reforma, no momento está apresentável, mas, sabemos que é por pouco tempo. Nessa direção, nos resta a esperança de um dia a Uneal está alocada em um espaço próprio, o que não parece impossível, pois, o terreno já existe através de doação da prefeitura de Arapiraca.

O Campus II, III, IV, localizados respectivamente nas cidades de Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e São Miguel dos Campos dispõe de uma estrutura boa, prédio próprio, boa localização. O campus V e VI, estes localizados em União dos Palmares e Maceió (capital do Estado de Alagoas) foram criados, entretanto, ainda não dispõe de uma estrutura própria. O primeiro está instalado em uma escola cenicista e o segundo desenvolve suas ações acadêmicas em uma escola do Estado, semelhante ao caso do campus I. Todas as conquistas da Uneal foram às duras penas, talvez, essa não seja tão diferente.

Em relação aos recursos materiais percebe-se uma escassez em detrimento do orçamento para os campi. O campus I é o pioneiro na formação de professores, agrega o maior número de docentes, funcionários, entre outras categorias que implicam despesas elevadas diante do recurso mínimo disponibilizado para a IES. Todavia, a gestão do campus I é bastante perseverante, otimista, seu discurso versa sobre: "Não estamos pensando em investir nesse campus enquanto estiver nesse local. Nossos esforços estão sendo canalizados para outro local." Assim, nutre a esperança de dias melhores. Os outros campi recebem orçamento proporcional pela extensão, são menores, mas, considerando as despesas, estes também sofrem de falta de recursos financeiros.

A função gestora não é atrativa, nem por amor a causa, administrar uma instituição sem recursos é mesmo que viver em um deserto sem água, alimentação e sem rumo. Entendemos que gestão é participação, coletividade, descentralização, porém, como gerir uma instituição sem recursos Será que o milagre acontece através da multiplicação desses orçamentos irrisórios Quando se fala da participação em um processo de gestão, entendemos que Cury (2009, p. 171) defende, expressando-se assim: "participação requer o sentido da construção de algo que pertence a todos e que tem diretamente a ver

com a qualidade de vida de cada um, seja no sentido da realização pessoal, seja pelos benefícios sociais que dela advém.”

Recursos Humanos

O quadro não é animador, tendo em vista os seis campi. Há uma vacância de funcionários que migram para outras instituições em busca de melhores salários e condições de trabalho. Durante a institucionalização da Uneal, década de 1970, somente houve um concurso para técnicos e dois para professores. O funcionário tem uma carga horária corrida de seis horas e o quadro docente não supre a carência dos campi. Faltam professores em quase todas as áreas do conhecimento, cabendo à instituição promover concursos para professor substituto, objetivando preencher as vagas ociosas dos docentes. Aliado à questão de recursos humanos e financeiros, posto nesse texto e de conformidade com o pronunciamento de Bengtson e Jarvstrand (2006), entendemos que aos funcionários de qualquer instituição/empresa são considerados os recursos mais valiosos da organização e, sobretudo, no sentido de assegurar que a instituição venha atrair as pessoas, em especial, as qualificadas, comprometidas e motivadas. Essa vacância de técnicos na Uneal dar-se-á por causa da questão motivacional, a qual está associada aos baixos salários.

Espaços Físicos e Espaços de Formação

Atualmente esses espaços estão contemplados pelos Fóruns dos diretores, coordenadores, de estágio curricular supervisionado e dos técnicos. Percebe-se que as categorias estão sempre mobilizadas no que tange as discussões sobre a melhoria dos campi em todos os aspectos, entretanto as questões de ordem política educacional, essas são complexas e demoram a serem solucionadas e nem sempre dependem da Uneal.

Não há uma política de formação continuada, razão pela qual o grupo de pesquisado acima mencionado se debruçou para estudar, refletir sobre a implantação de políticas de formação continuada na IES, mas vale salientar que os colegiados estão se constituindo em espaços formativos. Esses momentos de discussão são pensados nos planos de fortalecer as pesquisas, os projetos de extensão e expansão, apesar das dificuldades, mas, a superação desses problemas é uma meta prioritária dessa IES.

As bibliotecas dos campi sofrem da falta de acervo, contando com obras desatualizadas, quase obsoletas. Os laboratórios de informática, biologia, química, zootecnia apresenta-se instáveis, não estando na categoria Bom, mas, entendemos que são regulares. O campus II- Santana do Ipanema tem a seguinte estrutura de laboratórios: Anatomia, Química, Parasitologia e em projeto existe os laboratórios de: Alimentos, Nutrição, Microbiologia, Análise de Solos e Água.

Conforme discurso do gestor do campus II a maior problemática está no curso de zootecnia. As Diretrizes Curriculares vêem a necessidade da compra de uma fazenda, uma vez que estão tratando com animais. A infraestrutura atual não atende as exigências. Assim sendo, para cumprimento dessas exigências, as pesquisas são realizadas nos laboratórios da UFAL e UFPB, o que demanda tempo, custos para transportar professores pesquisadores e alunos.

Nessa direção, finalizamos os questionamentos buscando, na visão de cada um, as necessidades dos campi e sugestões para melhoria. Seus discursos são contundentes e neles percebemos a grande problemática que permeia a IES. Há uma corrida em busca da qualificação. Os cursos stricto sensu é uma necessidade emergencial para aqueles que não tiveram possibilidades, porém, ainda se encontra barreiras na inserção dos professores nesses cursos em razão da oferta e demanda especialmente na Região Nordeste.

Convém lembrar que a instituição não é omissa na questão da busca de cursos de mestrado, mas, talvez em razão da grande demanda de profissionais, essa situação não está equacionada. Como diz Ghedin (2008) alguns professores se limitam ao seu mundo de ação e de reflexão à aula, carecendo transcender

determinadas limitações, superando uma visão técnica, caminhando em prol da problematização, por isso, é mister enfatizar que cada professor deve analisar o sentido político, cultural e econômico que influencia o fazer na instituição., assim, entendemos ser uma possibilidade para ingressar no mestrado.

As questões estruturantes de carreira também se constituem um desejo dos gestores, eles pensam de forma pluralizadas, daí entendemos que a valorização dos docentes da Uneal em termos de progressão horizontal e vertical precisa ser pensada, instituída e cumprida por intermédio das políticas públicas.

Outra situação que os gestores apontam é no que tange a descentralização e flexibilização de recursos de pronto atendimento, remoção de apoio para serviços gerais, mais espaços para os núcleos de pesquisa e o fortalecimento da formação continuada para funcionários e professores. As questões pedagógicas tratadas por professores do bacharelado necessitam fluir no sentido de que, esses professores entendam, por exemplo: como avaliar seus alunos, de que forma avaliar e o que avaliar, entre outras necessidades prementes.

CONCLUSÃO

Tratar de estrutura organizacional de uma IES pública não é tarefa fácil, a exemplo desse caso aqui exposto. A Uneal, apesar de ter sido criada há mais de quarenta anos caminhou em passos lentos, entretanto qualificou muitos profissionais nas diversas áreas do conhecimento, tais como: professores para a educação básica, administradores de empresas e administração pública, contabilistas, além das pessoas formadas no curso de direito, primeira turma.

Frente ao exposto não podemos dizer que essa IES, ao longo dos anos, não tem se preocupando com a qualidade do ensino, apesar de estar com algumas dificuldades estruturais e atravessando momentos difíceis em relação à carência de docente e funcionários para tamanha amplitude, pois, são seis campi em cidades diversas do Estado de Alagoas.

Havemos de entender que a formação de professores, proporcionada por essa IES é de grande relevância. Os egressos dos cursos de graduação estão inseridos no mercado de trabalho em suas diversas áreas, ocupando cargos e funções diversas. Paralelo a isso, os projetos de pesquisas elaborados pelos professores contemplam um grande percentual de alunos, além dos programas ofertados, tais como: Proesp, Procampo, Prolind. Destaca-se, sobremaneira, o PIBID e o Pré-Uneal enquanto projeto de extensão.

Entendemos serem cruciais as dificuldades estruturais, a falta de espaço para os núcleos de pesquisa, o acervo precário que norteia todos os campi, mas o corpo docente é comprometido, disposto a lutar por dias melhores. Os gestores mostram que há um clima amigável entre os pares. São solidários uns com os outros, pensam, agem com vista a superação e a busca de dias melhores, de condições dignas de trabalho. Assim, finalizamos com um pequeno pensamento. A luta continua, apesar das dificuldades. Não podemos apontar culpados, faremos cada um a nossa parte e, certamente, venceremos, mesmo que de forma tardia.

REFERÊNCIAS

BENGTSON, Bjorn; JARVSTRAND, Goran. Introdução à gestão de recursos humanos; texto de referência em gestão de pessoas. Disponível em: http://WWW.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/file/ministério_do_Rh. Acesso em: 20 de julho de 2013.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DEMO, P. **Universidade, aprendizagem e avaliação**. Horizontes reconstrutivos. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FONSECA, M. Avaliação da Educação Superior no Brasil: desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico em questão. IN: DALBEN, A.; DINIZ, J.; LEAL, L.; SANTOS, L.(Orgs.). **Convergências e Tensões no Campo da Formação e do Trabalho Docente**-Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (FORGRAD). Plano Nacional de Graduação. Um projeto em construção. Unicampi, 1999. Disponível na Internet: <http://prograd.ufpr.br/forgrad/>

GHEDIN, Evandro. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KULLOK, Maisa Gomes Brandão; ARAGÃO, Maria Helena de Melo; BRAZ, Maria Luiza. A educação superior no Estado de Alagoas. A trajetória da Uneal. In: MELO, Adriana Almeida Sales de; PRADO, Edna Cristina do (Org.). **Educação, história, política e educação de jovens e adultos**. Maceió: Edufal, 2012.

LIBNEO, José Carlos. O campo teórico investigativo e profissional da didática e a formação de professores. In: SUANNO, Marilza; RAJADELL, Núria. **Didática e formação de professores: perspectivas e inovações**. Goiânia: CEPED, 2012.

MACEDO, A. R. de. et.all. **Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 127-148, abr./jun. 2005

PIMENTA, S.G. e ANASTASIOU, L.das G.C. **Docência no Ensino Superior**. Volume I. São Paulo: Cortez, 2002.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. **Uneal**. Arapiraca, 2010.

Tardif, Maurice; LESSARD, Claude. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

[1] Mestra em Educação Brasileira pela UFAL, vinculada ao grupo de pesquisa Formação Continuada de Professores e Intervenção na Prática Docente: limites e possibilidades. Curso de Pedagogia. Email:

mjbaraujo@yahoo.com.br

[2] Mestra em Educação Brasileira pela UFAL, vinculada ao grupo de pesquisa Formação Continuada de Professores e Intervenção na Prática Docente: limites e possibilidades. Curso de História. Email:

aliceoliveirabrito@ig.com.br

[3] Mestra em Educação Brasileira pela UFAL, vinculada ao grupo de pesquisa Formação Continuada de

Professores e Intervenção na Prática Docente: limites e possibilidades. Curso de Geografia. Email:
Luiza.braz21@yahoo.com.br